

FOLHETIM 2

A CIÊNCIA DA LINGUAGEM E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Por
DANTE LUCCHESI

Dezembro | 2016

Ano 1 | Número 2

Uma publicação
e-book.br

www.e-book.ufes.br

issuu.com/e-book.br/docs/folhetim2

Folhetim é uma publicação semestral
da **e-book.br** com participação
do Departamento de Letras e Artes da UEF,
destinada a disponibilizar
um artigo por número
no site www.e-book.uefs/folhetim
e na plataforma internacional issuu.com.
Por constituir um instrumento acadêmico
de largo alcance na divulgação de textos,
o Conselho Editorial poderá selecionar
artigos inéditos e já publicados,
desde que de reconhecido interesse.

issuu.com

é uma plataforma criada em Copenhagen,
na Dinamarca, publicando milhares de livros,
jornais e revistas de leitura gratuita.
Segundo a edição inglesa da Wikipedia,
o site conta com mais de 85 milhões
de leitores constantes em todo o mundo.

ISSN 2525-8591

FOLHETIM

O CASO DO LIVRO
DE PORTUGUÊS DO MEC

Por Dante Lucchesi

A CIÉNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
e o ensino da língua portuguesa

e-book.br

FOLHETIM 2

Ano 1 | N. 2 | Dez. 2016



ISSN 2525-8591

CONSELHO EDITORIAL

Adriano Eysen (UNEB)

Cid Seixas (UFBA/UEFS)

Dante Lucchesi (UFF)

Flávia Aninger Rocha (UEFS)

Moanna Brito S. Fraga (UESB)

Myriam Barbosa da Silva (UFBA)

Editor:
Cid Seixas

Nosso site:
www.e-book.uefs.br/folhetim
E-mail do editor:
cidseixas@yahoo.com.br

Dante Lucchesi

FOLHETIM

O CASO DO LIVRO DE PORTUGUÊS
DO MEC

A CIÊNCIA DA LINGUAGEM
e o ensino da língua portuguesa

e-book.br

EDITORIA UNIVERSITÁRIA
DO LIVRO DIGITAL

DANTE LUCCHESI

DANTE LUCCHESI DANTE LUCCHESI
DANTE LUCCHESI DANTE LUCCHESI
DANTE LUCCHESI DANTE LUCCHESI
DANTE LUCCHESI DANTE LUCCHESI
DANTE LUCCHESI DANTE LUCCHESI
DANTE LUCCHESI DANTE LUCCHESI

Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense, Pesquisador 1-C do CNPq, autor dos livros *Língua e Sociedade Partidas* (Contexto, 2015), 2º lugar no Prêmio Jabuti 2016, e *Sistema, Mudança e Linguagem* (Parábola, 2004), organizador e autor do livro *O Português Afro-Brasileiro* (EDUFBA, 2009) e Coordenador do Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* (<http://www.vertentes.ufba.br/>).

INTRODUÇÃO

A polêmica gerada pela notícia de que o MEC estava distribuindo um livro de português que “ensinava a falar errado”, veiculada no mês de maio deste ano de 2011, na grande imprensa, reacendeu o debate sobre a língua vernácula e o seu ensino, em um tom há muito tempo inédito no Brasil. Nesse debate, aflorou a contradição entre os avanços alcançados nas políticas públicas de ensino de língua e o atraso que marca a visão hegemônica na sociedade. Também ficou bastante clara no episódio a posição dos segmentos conservadores de que o estudo científico da língua não deveria fazer parte dos conteúdos da disciplina língua portuguesa, que deveria se restringir, assim, ao ensino da chamada “norma culta”. Dentro dessa visão, a escola deveria corrigir a fala do aluno, sobretudo do aluno proveniente das classes populares, para que esse aluno tivesse a possibilidade de ascender socialmen-

te, sendo o reconhecimento da diversidade da língua e da legitimidade de todas as suas variedades considerado prejudicial ao êxito desse objetivo maior da escola.

Neste texto, vamos tentar iluminar alguns aspectos que estão subjacentes à polêmica, destacando:

1. O desconhecimento generalizado na sociedade em relação à realidade da língua.
2. O problema da norma de referência linguística no Brasil, ou, simplesmente, *norma padrão brasileira*.
3. Os desafios do ensino de língua portuguesa numa sociedade democrática e pluralista.

Mas, antes de abordar esses pontos, vamos fazer um breve relato da comoção provocada pela distribuição pelo MEC do livro de português *Por uma vida melhor*, da ONG *Ação Participativa*, que se define como “uma organização fundada em 1994, com a missão de promover os direitos educativos e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável no Brasil”.

UM LIVRO QUE NUNCA EXISTIU

Tudo começou com uma nota de que um livro distribuído pelo MEC “ensinava a falar errado”. Foi o suficiente para que, durante algumas semanas, pululassem manifestações de revolta e indignação nos quatro cantos do país. No auge da histeria, os responsáveis pelo livro foram chamados de criminosos e ameaçados por uma procuradora da República, no melhor estilo udenista da *Marcha com Deus pela Família*. As críticas se concentraram em uma passagem do livro que diz que o aluno poderia dizer “os livro”, sem aplicar a regra de concordância nominal, como é recorrente na fala popular, mas que ele deveria ficar “atento”, porque, “dependendo da situação”, poderia “ser vítima de **preconceito linguístico**”.¹ Tal passagem foi

1 O capítulo do livro em questão está disponível para *download*, na Internet, no seguinte endereço: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/V6Cap1.pdf>

repetida à exaustão para demonstrar que o MEC estava fazendo apologia da ignorância popular e privando as crianças mais necessitadas do ensino adequado de língua portuguesa.

* * *

Porém, bastava a leitura das três páginas iniciais do livro para ver que, longe de “ensinar errado”, o livro defendia textualmente o ensino da norma culta na escola e era, ele próprio, com seus exercícios de pontuação, concordância, ortografia etc, um instrumento adequado desse ensino. Sonegou-se também a informação de que o livro não se destinava às crianças, mas ao público mais maduro do Programa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mais uma vez a grande imprensa do país falhou no requisito básico de checar minimamente as informações que veicula. O jornalista Luís Nassif chegou a comparar o episódio ao caso da *Escola Base* e lamentou que o desmentido e as retratações, se ocorressem, viriam em uma medida muito menor do que a acusação e a calúnia.

Indo na contramão da lógica da grande imprensa, vale à pena examinar mais detidamente os princípios adotados no livro que motivaram tamanha reação. A obra, de autoria da professora Heloísa Ramos, baseia-se em princípios racionais e impres-

cindíveis para um ensino eficaz de língua materna, tais como o de que “falar é diferente de escrever”. E reconhece que o português, como qualquer língua humana viva, admite formas diferentes de dizer a mesma coisa, o que a ciência da linguagem denomina *variação linguística*.² Informa ainda que a variação linguística reflete a estrutura da sociedade. No caso brasileiro, o cenário da variação social apresenta uma divisão entre uma **norma culta** e uma **norma popular** – o que temos denominado, em nossos artigos, *polarização sociolinguística do Brasil* (cf. LUCCHESI, 1994, 1996, 2001, 2002 e 2006). O livro ainda alerta que, apesar de serem “eficientes como meios de comunicação”, as duas normas recebem uma avaliação social diferenciada, existindo “um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros”, mas que “esse preconceito não é de razão linguística, mas social”. Em vista disso, conclui que “o falante tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião”, porque “cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana”.

* * *

2 Sobre a TEORIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, veja-se particularmente: Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) e Labov (2008[1972]).

Informar ao aluno que a língua é plural e admite formas variantes de expressão, cada uma legítima em seu universo cultural específico, não é apenas a forma mais adequada de fazer com que o aluno conheça a realidade de sua língua, mas um preceito essencial de uma educação cidadã, fundada nos princípios democráticos, do reconhecimento da diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana. A pluralidade é o principal pilar de uma sociedade democrática, garantindo a diversidade de crenças, de opiniões, de comportamentos, de orientações sexuais etc. Contudo, a diversidade linguística é vista sempre como uma ameaça, sem que as pessoas se deem conta do autoritarismo que tal visão dissemina.

A aceitação da diversidade linguística não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para uma melhor inserção do indivíduo em uma sociedade de classes, dominada pelo letramento. O reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição *sine qua non* para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. A imposição de uma única forma de usar a língua, rechaçando as demais variedades como manifestações de inferioridade mental, é um ato de violência simbólica e mutilação cultural inaceitável.

O que chama a atenção nesse episódio, e foi destacado por vários linguísticas e pedagogos que conseguiram se posicionar sobre a questão, furando o cerco da grande imprensa, é que esses princípios não são adotados apenas por esse livro.³ Ao contrário, a grande maioria dos livros didáticos de língua portuguesa tem um capítulo dedicado à variação linguística, desde pelo menos 1997, quando o MEC assumiu explicitamente uma orientação pluralista e não discricionária no ensino de língua portuguesa, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), bem representada na seguinte passagem:

“A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre ‘o que se deve e o que não se deve falar e escrever’, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

(...) há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor pres-

3 Um volume organizado pela ONG *Ação Educativa* que reúne os diversos artigos de linguistas e intelectuais sobre a polêmica em torno do livro *Por uma Vida Melhor* também pode ser encontrado na Internet no seguinte endereço: http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final_30_06_2011.pdf.

tígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma ‘certa’ de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso ‘consertar’ a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

O fato de informações cruciais como essas terem sido omitidas olimpicamente pela mídia revela mais uma vez o caráter anti-democrático de um sistema de comunicação de massa concentrado na mão de grandes grupos econômicos que ditam a pauta da informação para toda a sociedade. Mas o que relevante aqui é o grau de desinformação existente na sociedade em relação à língua e ao seu ensino, o que deu o terreno para esse tipo de manipulação da informação.

O MITO DA IDADE DO OURO E AS TREVAS DA IGNORÂNCIA

A língua ocupa uma posição *sui generis* na sociedade. Em outras áreas do comportamento, as leis se seguem às práticas sociais. A famosa *Lei do Divórcio* foi promulgada no Brasil, em 1977, quando a renovação dos casais já era uma prática corrente. Na língua, ao contrário, as disposições governamentais, como no caso dos PCNs, estão muito à frente da visão dominante na sociedade, que é no geral dogmática e cheia de mitificações. O linguista norte-americano William Labov (1994) fala do mito da *Idade do Ouro*. As pessoas tendem a acreditar que a língua atingiu a perfeição no passado e desde então entrou em um processo irreversível de deterioração e se afligem com as inovações que a cada dia ameaçam mais e mais a integridade do idioma, sendo as mais perigosas as violações perpetradas pela “gente inculta”. Mas não se conhece uma língua sequer cujo funcionamen-

to tenha sido comprometido pelas mudanças que sofreu ao longo de seu devir histórico (cf. LASS, 1980). As mudanças que afetaram o chamado *latim vulgar* da plebe romana deram origem ao português de Camões, ao espanhol de Cervantes e ao francês de Flaubert. E as “deteriorações” sofridas pela língua portuguesa desde o tempo de Camões não impediram que Pessoa escrevesse sua magistral obra poética. Além do que, muitos males que afigem hoje a língua, para a decepção de muitos, não constituem grande novidade. Os puristas ficam horrorizados com a linguagem desleixada da Internet, impregnada de abreviaturas. Pois as abreviaturas abundam nas inscrições romanas e nos manuscritos medievais.

Costuma-se correlacionar também a complexidade gramatical ao grau de civilização. As declinações nominais do grego e do latim clássicos são vistas como índice de uma cultura superior, e a perda dessas declinações na passagem do latim às línguas românicas é tratada como um empobrecimento. Já o alemão, com suas declinações e possibilidades de composição, é considerado uma língua mais apropriada ao pensamento filosófico. Contudo, muitas línguas indígenas brasileiras exigem uma morfologia muito mais complexa, inclusive marcando certas categorias gramaticais, como a *evidencialidade* (que informa a fonte de conhe-

cimento do evento verbalizado), absolutamente ausente na gramática das línguas europeias. E muitas línguas africanas, em sua maioria ágrafas, exibem um sistema morfológico de classificação nominal extremamente complexo. Se o grego clássico tinha três valores para categoria de número (singular, dual e plural), algumas línguas da Melanésia, de comunidades tribais, têm até cinco, que são marcadas nos pronomes, fazendo com que possuam mais de cem formas pronominais, contra algumas poucas dezenas das principais línguas europeias, que têm mais de mil anos de tradição escrita. Ou seja, complexidade gramatical não tem qualquer correlação com grau de civilização. Nem se pode pensar que complexidade gramatical implica maior poder de expressão da língua, pois o que não é dito gramaticalmente pode ser dito lexicalmente (SIEGEL, 2008). Em português, por exemplo, não há um morfema de *dual*, mas se pode empregar o numeral e dizer *dois meninos*, o que dá no mesmo.

Outro grande mito é o da ameaça à unidade linguística: se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde; se o caos da variação linguística não for detido, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Ao contrário, a heterogeneidade da língua é que garante a sua unidade em uma comunidade social-

mente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação linguística que permite a uma língua funcionar tanto na feira livre quanto nos tribunais de justiça (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006[1968]). Se fosse um código monolítico e inflexível, como sugerem os puristas, a mesma língua não poderia funcionar em ambientes tão diversos, o que levaria inexoravelmente à sua fragmentação.

Impressiona o nível de ignorância que se observa em pleno século XXI em relação à língua. Qualquer pessoa bem informada já ouviu falar de Freud ou Lévi-Strauss, tem alguma ideia sobre o que seja o Complexo de Édipo e o Tabu do Incesto e não ousa falar em raças superiores e inferiores, ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato do seu crânio, mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como aberrações. Aliás, a visão de que a forma superior da língua é aquela dos escritores clássicos é contemporânea do sistema de Ptolomeu, de que a Terra era o centro do Universo e, em torno dela, giravam o sol, os planetas e as estrelas. Ou seja, a Revolução de Copérnico não chegou ainda à língua.

Um exame aprofundado da questão revelará que as motivações históricas para tanto preconceito e mitificação decorrem exatamente do papel políti-

co crucial que a língua desempenha nas sociedades de classe. Ao longo dos tempos, a língua tem constituído um poderoso instrumento de dominação e de construção da hegemonia das classes dominantes. A construção dos estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um dos seus apoios mais eficazes, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas. E o preconceito contra as formas de expressão das classes populares constitui um poderoso instrumento de legitimação ideológica da exploração desses segmentos. Na medida em que o preconceito viceja na ignorância, pode-se entender por que é tão importante impedir que uma visão isenta e científicamente fundamentada da língua tenha uma grande circulação na sociedade.

Em um programa televisivo sobre o polêmico livro do MEC, um conhecido jornalista inquiriu uma entrevistada, alegando que a concordância gramatical seria imprescindível ao raciocínio lógico. Se fosse assim, os norte-americanos, australianos e ingleses deveriam enfrentar dificuldades significativas nessa área, porque o inglês é uma língua praticamente desprovida de concordância nominal e verbal. Mas, ao contrário, a grande maioria dos artigos científicos é escrita na atualidade em inglês, e as universidades inglesas e norte-americanas figuram entre as melhores do mundo. Em

inglês, se diz: *I work, you work, he works, we work, you work, they work*. Na linguagem popular do Brasil, se diz: *eu trabalho, tu trabalha, ele trabalha, nós trabalha, vocês trabalha, eles trabalha*. Nas duas variedades linguísticas, só uma pessoa do discurso recebe marca específica, mas o inglês é a língua da globalização e da modernidade, enquanto o português popular do Brasil é língua de gente ignorante, que não sabe votar. Fica evidente que o valor das formas linguísticas não é intrínseco a elas, mas o resultado da avaliação social impingida aos seus usuários.

Ao contrário do que pensa o jornalista, a concordância não é um requisito para o raciocínio lógico. Até porque as regras de concordância são mecanismos gramaticais que não interferem na comunicação verbal, tanto que é indiferente dizer “nós pegamos os peixes” ou “nós pegou os peixe”. A informação veiculada é a mesma. Em função disso, esses mecanismos costumam ser muito afeitados em determinados processos históricos como aqueles por que passaram o inglês, o português no Brasil e o francês, que, mesmo com a erosão na oralidade de suas marcas de concordância, não deixou de se tornar a língua de cultura do mundo ocidental no século XIX.

Porém, na recente história política do Brasil, a concordância teve uma posição de destaque, quan-

do a imprensa conservadora questionava a capacidade do Presidente Lula, invocando, entre outras coisas, os seus “erros de português”. O preconceito linguístico nada mais era do que a expressão de um preconceito mais profundo das elites econômicas, que não podiam admitir que um torneiro mecânico ocupasse o cargo de maior mandatário da República. O sucesso e as conquistas alcançadas pelo Governo Lula, tanto no plano interno quanto externo, só vieram a confirmar que, tanto um preconceito quanto outro, não tinham o menor fundamento.

Mas vale tudo para desqualificar a linguagem popular, até dizer o disparate de que ela “é caótica e sem regras”, como afirmou, há alguns anos, uma jornalista de um grande jornal brasileiro. Porém, a jornalista, como a grande maioria das pessoas, desconhece que as pesquisas da linguística formal têm demonstrado que a *Faculdade da Linguagem* é uma propriedade universal da espécie humana, de modo que qualquer frase produzida por um falante de qualquer língua natural, seja ele analfabeto ou erudito, é gerada por um sistema mental de regras tão sofisticado que mesmo o computador mais poderoso já produzido é incapaz de fazer o que qualquer indivíduo faz trivialmente: falar sua língua nativa. Até porque não se pode fazer a programação do computador, pois não se conhece suficien-

temente o sistema que transforma os nossos pensamentos em frases, ou seja, a Gramática Universal e suas inúmeras versões parametrizadas, que definem o desenho gramatical de todas as línguas humanas.⁴

4 Para uma visão geral do Programa de Pesquisa da Gramática Gerativa, o leitor brasileiro encontra traduzidas as seguintes obras: Noam Chomsky (2005, 2008 e 2009).

Numa sociedade hegemonizada por uma visão de língua dogmática e preconceituosa, a distribuição de um livro didático que reconhece a diversidade linguística e a legitimidade da linguagem popular assume um caráter altamente subversivo, o que explica a violenta reação que despertou. Ou seja, qualquer ação que leve para a sociedade uma visão realista de língua é uma séria ameaça à ordem vigente. Nesse sentido, é sintomático o depoimento do eminente gramático Evanildo Bechara, durante a polêmica. Numa crítica à orientação dos PCNs, que ele considera um “erro de visão”, afirma:

“Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O

indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social.

É impressionante que se diga que “não cabe em sala de aula” fornecer elementos para o aluno “compreender [a língua] como [ela] é”. É como dizer que o darwinismo não cabe em sala de aula, devendo o ensino de biologia ser orientado pelos princípios do criacionismo. Acenando com a cenoura da “ascensão social”, Bechara quer limpar o terreno do ensino para os normativistas legislarem arbitrariamente sobre a língua, como têm feito até então. A visão científica da língua, que reconhece a variação e a diversidade linguística como propriedades essenciais de qualquer língua viva, deve ficar hermeticamente confinada aos ambientes científicos. Na escola e na sociedade, deve predominar a visão dogmática e obscurantista de que existe uma única forma de falar e escrever, enquanto as demais variedades da língua devem ser vistas como deteriorações produzidas por mentes inferiores. Em editorial dedicado ao polêmico livro, a revista *Veja* chegou a afirmar que:

A discussão arcana sobre o ‘falar popular’ ocupa um escaninho secundário na sociolinguística e seria um enorme favor aos brasileiros que estudam e trabalham se nunca tivesse deixado o seu porão acadêmico.

Não é novidade o sectarismo dessa publicação em relação ao conhecimento científico da linguagem. Em uma matéria datada de 2001, referia-se à posição dos linguistas como “o pensamento de uma certa corrente relativista”, segundo a qual “o certo e o errado em português não são conceitos absolutos”. Prosseguindo, afirma que, segundo essa tendência, “quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a autoestima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista.” Diante disso, a revista sentencia: “trata-se de um raciocínio torto, baseado em um esquerdismo de meia pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do povo”. O primarismo do raciocínio e a grosseria na linguagem são atributos bem conhecidos dessa revista, mas acreditar que os juízos de correção idiomática são absolutos, e não determinados historicamente, constitui uma ignorância bastante real, nada idealizada. Um exemplo cabal. No passado recente, seria considerado um erro grave no Brasil escrever o seguinte período “Diria-se que essa afirmação não tem fundamento”; o certo seria “Dir-se-ia que...”. Pois bem, atualmente, a maioria dos manuais de redação dos principais jornais do Brasil veta o uso da mesóclise (*dir-se-ia*).

Isso coloca em questão a atualidade da norma de referência linguística, ou *norma padrão*, no Brasil. Na referida matéria, a revista *Veja* tece elogios ao gramático midiático Pasquale Cipro Neto. O grande mérito do *Professor Pasquale*, que ocupa um grande espaço nos meios de comunicação de massa, é dar uma roupagem nova ao velho discurso purista e conservador da tradição gramatical. Embora admita os “desvios” da linguagem coloquial, Pasquale prescreve as formas do que chama “norma culta”, as quais devem ser empregadas nas situações de comunicação formal. Assim, uma estrutura como “o candidato custou a responder a questão”, de uso corrente na linguagem cotidiana, não deve ser usada em situações formais, porque “na norma culta” se diz “custou ao candidato responder a questão”. Porém, o linguista Marcos Bagno (2001, 2007) tem demonstrado que frases como “o candidato custou a responder a questão” e outras que Pasquale afirma não pertencer à norma culta são recorrentes nos textos de escritores consagrados, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, ou mesmo de clássicos, como Machado de Assis e José de Alencar. Isso demonstra que, no Brasil, existe um desacordo flagrante entre a *norma padrão* – modelo ideal de língua usado como critério para a correção linguística – e a *norma culta* – forma da

língua concretamente usada pelas pessoas consideradas cultas, advogados, jornalistas, escritores etc. Ao empregar as duas expressões como sinônimos, Pasquale e os normativistas buscam dar às suas prescrições uma legitimidade que elas não têm, porque se apoiam numa equivalência que está longe de existir.

VASSALAGEM LINGUÍSTICA

A tensão entre a norma padrão e a norma culta é normal em qualquer sociedade letrada, na medida em que a norma padrão constitui uma forma fixa e idealizada de língua a partir da tradição literária, enquanto a norma culta, constituída pelas formas linguísticas efetivamente em uso está sempre se renovando (REY, 2001). Porém, no Brasil o desacordo entre as duas é grave desde as origens do estado brasileiro. A independência política do Brasil, ocorrida em 1822, desencadeou uma série de manifestações e movimentos nativistas, que tinham no índio tupi o grande símbolo da nacionalidade. Contudo, escritores que abraçaram a temática indigenista e nacionalista e que tentaram adequar a linguagem portuguesa à nova realidade cultural do Brasil, como José de Alencar, foram alvo de virulentas críticas provenientes do purismo gramatical.

Mais uma vez, a língua se descolou dos demais aspectos da cultura, nos quais todos os elementos representativos da brasiliade deveriam ser adotados, derrubando os símbolos da velha ordem colonial. Mesmo nesse cenário, a linguagem brasileira era vista como imprópria e corrompida, devendo continuar a prevalecer a língua da antiga Metrópole portuguesa. A vitória dos puristas na questão da língua no Brasil expressa a essência do projeto elitista e excludente da classe dominante brasileira. E a base racista desse projeto fica clara neste trecho do discurso de Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897 (*apud* PINTO, 1978, p. 197-198):

“A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (...) Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...) Nesse sentido nunca virá o dia em que Her-

culano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.

Para além da contradição entre a vassalagem linguística e o espírito nacionalista ainda em vigor na época, essa adoção do modelo da língua de Portugal terá graves implicações para a normatização linguística no Brasil, sendo a mais evidente o generalizado sentimento de insegurança linguística que aflige todos os segmentos da sociedade brasileira, mesmo os mais escolarizados. É comum ouvir no Brasil afirmações do tipo “o português é uma língua complexa”, ou “o brasileiro não sabe falar português”. E não poderia ser diferente porque, ao adotar os modelos da língua de Portugal, a tradição gramatical brasileira exige que os brasileiros escrevam, ou até mesmo falem, com a sintaxe portuguesa, o que é impraticável, porque a língua não parou de mudar, tanto em Portugal quanto no Brasil, em um processo que, por vezes, assume direções distintas, ou mesmo contrárias, em cada um dos lados do Atlântico.⁵

Uma das mais notáveis dessas mudanças foi a violenta redução das vogais átonas da língua em Portugal, fazendo com que os portugueses pronun-

5 Para uma ampla reflexão sobre a norma de referência linguística no Brasil, veja-se Faraco (2008).

ciem *telefone* como *tlefone*^e, o que confere ao português europeu contemporâneo uma sonoridade, que é menos românica do que germânica, ou mesmo eslava. Já no Brasil pronuncia-se *téléfoni* ou *têlêfoni* (consoante a região), tendo ocorrido o inverso: o fortalecimento das vogais pretônicas. Essa mudança acabou por repercutir em outros níveis da estrutura da língua, de modo que em Portugal se generalizou o uso da ênclise, até nos casos em que, na língua clássica, era obrigatório o uso da próclise (e.g., *O João disse que feriu-se*; *Não chegou-se a um acordo*), enquanto no Brasil emprega-se normalmente a próclise até nos contextos vedados pela tradição (e.g., *Me parece que ela não veio*). Para além da insegurança linguística, a adoção de uma norma adventícia no Brasil produz também verdadeiros absurdos pedagógicos. Toda gramática normativa brasileira tem um capítulo dedicado à colocação pronominal, que se inicia invariavelmente com a afirmação “a colocação normal do pronome átono é a ênclise”; ao que se seguem mais de vinte regras indicando onde se deve usar a próclise (em orações subordinadas, depois de palavras negativas, após alguns advérbios etc). Tal gramática serve a um estudante português, que usa normalmente a ênclise e pode aprender quais são os contextos excepcionais onde a tradição recomenda o uso da próclise, mas não tem a menor

serventia para um estudante brasileiro, que já usa normalmente a próclise. Para ter algum valor pedagógico, o texto da gramática brasileira deveria ter a seguinte feição: “a colocação normal do pronome átono no Brasil é a próclise; entretanto, para se adequar à tradição, deve-se evitar essa colocação em início de período e após uma pausa”. Porém, a vassalagem linguística dos gramáticos aos modelos lusitanos ainda faz com que esses gramáticos produzam um texto absolutamente inócuo no que concerne a esse tema, no contexto linguístico brasileiro.

6 Para uma ampla reflexão sobre a norma de referência linguística no Brasil, veja-se Faraco (2008).

POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO E PLURALISTA

O problema da falta de representatividade da norma de correção gramatical no Brasil se agrava com a visão tradicional que restringe o ensino de língua portuguesa à prescrição das formas consideradas corretas, quando o ensino da língua deve ser muito mais amplo que isso, concentrando-se em práticas criativas que capacitem o aluno a produzir e interpretar textos, dominar os diversos gêneros textuais e identificar os mais variados sentidos e valores ideológicos que as produções verbais assumem em cada situação específica; ao que se deve somar uma informação propedêutica acerca da diversidade da língua. E o debate em torno do livro do MEC revelou que o conflito entre as duas visões acerca da língua materna e do seu ensino está muito vivo na sociedade brasileira.

Por um lado, há um concerto dos grupos conservadores em torno de uma posição, que fica bem clara nessa passagem da nota oficial emitida pela Academia Brasileira de Letras (ABL), criticando o livro de português do MEC:

“Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos.

A posição desses grupos é inequívoca. O papel da escola é fazer com que o aluno abandone a sua variedade de língua para poder se integrar plenamente na sociedade. Dessa forma, o ensino de língua portuguesa deve-se concentrar na prescrição das formas consagradas pela tradição gramatical, corrigindo as formas desviantes que o aluno usa normalmente em seu meio cultural de origem. Nesse contexto, o reconhecimento das formas da linguagem coloquial e popular é pernicioso, porque é visto como uma espécie de “elogio ao erro” ou “apologia da ignorância”. Fica, assim, patente a contradição entre a visão conservadora e dogmática, que ainda é hegemônica na sociedade, e a visão pluralista e científica da língua que já embasa os documentos oficiais da educação pú-

blica no país, bem como as práticas pedagógicas nas melhores escolas.

O grande problema é que a sociedade simplesmente desconhece o que já é consensual entre linguistas e pedagogos, ou seja, que um modelo de ensino de língua, que privilegia a imposição de formas linguísticas adventícias e/ou anacrônicas, está longe de ser o mais eficaz. Não é a correção de “assistir o espetáculo” por “assistir ao espetáculo” que vai fazer o aluno ler e escrever melhor. Um ensino eficaz de língua materna incorpora a bagagem cultural do aluno, promovendo uma ampla prática de leitura e produção de textos nas mais variadas situações de comunicação, desenvolvendo também sua capacidade de reconhecer os diversos sentidos e valores ideológicos que a língua veicula em cada situação. Nesse ensino, é imprescindível promover a consciência acerca da diversidade linguística como reflexo inexorável da variedade cultural. E esta formação cidadã para o respeito à diferença não entra em contradição com o ensino da norma culta, que deve permanecer. O que está em jogo, na verdade, é a opção por um ensino discriminatório e arbitrário, baseado no preconceito e no dogma, ou por um ensino crítico e pluralista, baseado no conhecimento científico acumulado até os dias de hoje, como ocorre na física, na matemática, na geografia, etc. Por que se

deve privar os alunos do conhecimento científico da língua, reduzindo a disciplina língua portuguesa a um mero curso de etiqueta gramatical?

E o argumento de que um ensino de língua realista entra em contradição com o acesso da população mais pobre à norma culta é falacioso. As pesquisas sociolinguísticas têm revelado que a aquisição da norma culta ocorre paralelamente à inserção dos segmentos historicamente marginalizados na sociedade brasileira, tanto no plano sócio-econômico, quanto no plano do acesso aos bens culturais. Ou seja, nas comunidades rurais, os jovens, que têm alguma escolaridade, estão melhor inseridos no mercado de trabalho e têm um maior acesso aos meios de comunicação de massa, usam mais as regras de concordância nominal e verbal do que os mais idosos, que normalmente estão menos inseridos, em termos econômicos e culturais. Portanto, não é o preconceito linguístico que vai levar à difusão da norma culta, mas a distribuição de renda, a inclusão social e a ampliação e melhoria da rede pública de ensino.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira vem aprofundando seu caráter democrático, não apenas com a distribuição de renda promovida pela ação dos programas sociais do Governo Federal, como também no reconhecimento da diferença como parte do respeito à dignidade da pessoa humana. Hoje o racismo é tipificado como crime pelo Código Penal, e está em curso no Congresso Nacional um projeto de lei contra a homofobia. No plano da cultura, manifestações de matrizes historicamente marginalizadas, como a africana, estão plenamente integradas, como os blocos afros no Carnaval da Bahia, a capoeira e o Candomblé. Contudo, a polêmica desencadeada com a notícia deturpada de que o Ministério da Educação estava distribuindo um livro de português que “ensinava

o aluno a falar errado” demonstra que a sociedade brasileira vive um impasse em relação à língua nacional e ao seu ensino.

De um lado, as pesquisas desenvolvidas nas universidades brasileiras, a partir da década de 1960, quando a Linguística se tornou disciplina obrigatória nos cursos de Letras, se refletem nas posições estratégicas no Ministério da Educação, definindo uma política de ensino mais pluralista e em consonância com o desenvolvimento atual da ciência da linguagem. Tal política já produz seus frutos no conteúdo dos livros didáticos e nas práticas pedagógicas das melhores escolas do país. Porém, a posição conservadora continua hegemônica na sociedade, onde o peso de uma longa tradição purista ainda se faz sentir (FARACO, 2008). Caberia aos linguistas concentrar esforços para divulgar suas concepções para um público mais amplo, mas estes ainda demonstram pouca capacidade de articulação nesse campo. Além disso, os meios de comunicação de massa, controlados pelos grandes grupos econômicos, tendem a reproduzir a posição conservadora dos gramáticos, particularmente daqueles que assumem uma roupa-gem nova e aparentemente atualizada. Apesar disso, os linguistas conseguiram ocupar posições importantes nesse debate publicando artigos em jornais de grande circulação no país.

Assim, a polêmica em torno do livro de português do MEC montou o palco para um novo embate em torno da língua nacional. Resta saber se, decorridos mais de cem anos, o projeto purista sairá novamente vencedor ou se os avanços democráticos alcançados pela sociedade brasileira nas últimas décadas chegarão finalmente à língua.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- CHOMSKY, Noam. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CHOMSKY, Noam. *Arquitetura da Linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e Mente*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FARACO, Carlos A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

- LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LASS, Roger. *On explaining language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n.12, p.17-28, 1994.
- LUCCHESI, Dante. Variação, mudança e norma: a questão brasileira. In: CARDOSO, Suzana A. M. (Org.). *Diversidade lingüística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996. p.69-80.
- LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v.17, n.1, p.97-130, 2001.
- LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.63-92.
- LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v.5, n.1 e 2, p.83-112, 2006.
- PINTO, Edite P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria da*

- história. Rio de Janeiro / São Paulo: Livros Técnicos e Científicos / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- REY, Alain. Usos julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- SIEGEL, Jeff. *The Emergence of Pidgin and Creole Languages*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Marcos Bagno; revisão técnica, Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

A CIÊNCIA DA LINGUAGEM e o ensino da língua portuguesa

*A ciência da linguagem
e o ensino da língua portuguesa:
o caso do livro de português do MEC
foi originalmente publicado em
Denise Scheyerl e Sávio Siqueira.
Materiais didáticos para o ensino de línguas
na contemporaneidade: Contestações e
proposições. Salvador, EDUFBA, 2012.*

A CIÊNCIA DA LINGUAGEM E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Por

DANTE LUCCHESI

www.e-book.uefs.br

issuu.com/e-book.br/docs/folhetim2

Dezembro de 2016

e-book.br

EDITORA UNIVERSITÁRIA
DO LIVRO DIGITAL

2
FOLHETIM